

A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Eloise Fonseca da SILVA¹

RESUMO: O presente artigo trata dos problemas educacionais, sobretudo aqueles que dizem respeito às oportunidades de acesso a escolaridade exigida bem como também ao ingresso na universidade. Nosso país como república democrática de direito tem vinculado junto à imprensa e aos órgãos de comunicação de massa ações no sentido de tornar possível uma educação para todos. A Constituição Federal estabelece a educação como direito de todos, existindo normas que regulamentam a consecução de seus objetivos, a questão é saber se as medidas que vem sendo aplicadas tem conseguido dar oportunidades iguais, permitindo a melhoria das condições de vida de seus cidadãos, já que apenas uma educação de qualidade teria condições de alcançar esse objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Oportunidades; Educação; Democratização; Governo; Política.

1-INTRODUÇÃO

A educação é tida como o caminho capaz de tornar o homem um cidadão atuante na sociedade, titular de direitos e consciente de suas obrigações. Isso é confirmado pela mídia falada e escrita, afinal não existem meios de se adquirir conhecimentos formais necessários para o trabalho, a vida digna e autônoma do indivíduo que não seja através dela. Quem não passou pelos bancos escolares? Num passado muito distante talvez muito poucos, mas na recente história da humanidade todas as pessoas com quem nos relacionamos na sua maioria já estiveram lá.

É fato que a situação da educação, seus progressos e fracassos nos atingem, mesmo aqueles que não freqüentam mais a escola podem afirmar isso, afinal mesmo esses já estiveram lá um dia e o sucesso ou insucesso de suas vidas tem muito a ver com ela.

¹ Aluna regular do curso Tecnologia no Ensino Médio ministrado pela instituição Toledo de Ensino de Presidente Prudente, graduada em História pela UNESP, campus de Assis e em Direito pela UNIMAR, Marília, professora de História da Rede Pública e da rede particular de ensino de Presidente Prudente, e-mail eloisefsilva@yahoo.com

No presente trabalho pretendemos, mais uma vez, abordar aspectos relativos à educação e seus problemas. Esclarecemos que quando dizemos que mencionamos o tema novamente isso não significa que o artigo em enfoque seja repetição ou continuação de algum outro assunto já apresentado, mas porque embora seja indiscutível a relevância da matéria, muitos podem corroborar da tese de que tratar dela novamente seria como “chover no molhado”, já que não podemos discordar que muitas e profundas mudanças, vêm sendo realizadas, algumas delas citadas no presente trabalho.

Não temos aqui a intenção de fazermos aprofundamento sobre teorias pedagógicas embora tenhamos abordado algumas delas, analisando para tanto alguns autores tais como Dermeval Saviani, Neidson Rodrigues, comentamos também matérias jornalísticas que abordam o novo ENEM, sites da internet, legislações, propaganda publicitária. Pretendemos refletir acerca da democratização da educação, tentando responder em que medida as políticas educacionais tem conseguido reduzir as desigualdades dando oportunidades iguais.

Para tentarmos elucidar a problemática proposta levantamos os dilemas relativos à educação e as políticas governamentais adotadas para diminuir a exclusão, afinal não se discutem mais o acesso a escola, mas sim sua permanência nela e suas condições de propiciar uma formação completa capaz de permitir a ascensão social.

Limitamos o tema analisando os problemas vivenciados na educação básica no período conhecido como ensino médio e a questão do ensino superior, analisando os esforços do governo e dos estudiosos, ambos, em tese, buscando a melhoria das condições de ensino. Em seguida, dando continuidade ao assunto abordamos as políticas educacionais como fator de oportunidade ou de exclusão e finalmente apresentamos algumas normas e procedimentos que vem sendo adotados na intenção de tentar resolver a questão.

2-PROBLEMAS EDUCACIONAIS E POLÍTICAS

No livro *Desenvolvimento e Educação na América Latina*, escrito por vários autores dentre eles Dermeval Saviani menciona-se que os problemas na educação não estiveram vinculados aos recursos humanos, mas foram eminentemente políticos.

Considerando tal posicionamento e nos estendendo um pouco mais nesta afirmativa analisamos mais minuciosamente outra obra, esta específica do autor mencionado, que faz referência a democratização da escola que por sua vez está diretamente vinculada à questão das oportunidades que temos o escopo de analisar. Embora muitos afirmem que ter um diploma de curso superior não seria sinônimo de ser uma pessoa bem sucedida sabemos que as chances de ter uma vida digna reduzem-se drasticamente quando não se tem nenhum diploma.

A educação vai muito além da esfera da solidariedade, isso se constitui de algo importante para pessoas como nós que refletimos e buscamos mudanças realmente positivas para o bem estar comum. Trazemos no nosso bojo o desejo que todos tenham oportunidades, inobstante o egoísmo da maioria. Quando estudiosos se sentam para discutir questões relevantes da sociedade entendemos que o objetivo seja realmente o de ajudar a propiciar um mundo onde todos tenham os mesmos direitos e o acesso a todas as condições que lhe permitam alçar uma vida melhor, contudo, estamos falando até aqui dos estudiosos.

Quando nos referimos aos políticos será que os princípios são os mesmos? Deveriam ser afinal eles são eleitos pelo povo e deveriam procurar o bem estar da população, mas o que percebemos em tese é a educação manipulada pelo interesse daqueles que desejam satisfazer os interesses da classe dominante, da manutenção de um sistema de exclusão. Isso é um assunto muito sério porque são os políticos que criam as leis que determinam entre vários assuntos relevantes também os rumos da educação, e, muitas vezes, as principais personagens do cenário se quer são ouvidas, como professores e alunos, meros instrumentos fadados a cumprir aquilo que é determinado.

Segundo o já citado autor, Saviani, em suas conjecturas revela que, diferente da política, a educação é uma prática entre não antagônicos (educador a serviço do educando). Em política o objetivo é vencer e não convencer (ficando em contrapartida na esfera entre pontos contrários).

Neste diapasão educação e política são práticas distintas, mas não inteiramente independentes. Educação depende da política já que são as políticas

educacionais que definem como ela deve acontecer inclusive no que tange as possibilidades orçamentárias para realização dos projetos propostos. Em contrapartida a política depende da educação já que as informações e os conhecimentos são necessários para o desempenho de qualquer atividade.

Neidson Rodrigues fala em educação política como prática cotidiana no processo educativo, ou seja, formação política do cidadão, frisando que Rádio, Jornal, Igreja e Escola são a forma como os grupos detentores de uma visão de mundo usam para difundir idéias, crenças e valores que lhe favorecem e permitem a manutenção da ordem social, procurando difundir a sua ideologia que não corresponde a uma verdade real, mas não deixa de ser um tipo de verdade parcial, pois corresponde a verdade para uma classe ou grupo.

A escola nesse caso se converte em vítima e ao mesmo tempo instrumento nesse processo, afinal, não é a ideologia das massas que está sendo considerada e aí reside o problema estabelecer-se uma educação inclusiva onde se transmite a ideologia da classe dominante para indivíduos que não fazem parte dela, criando um problema que Saviani define como marginalização.

3-EDUCAÇÃO INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADE OU EXCLUSÃO?

A educação segundo alguns seria um instrumento de superação da marginalidade, promoveria a igualdade social, para outros, contudo a aprendizagem formal seria um instrumento de discriminação social, reforçaria a marginalização, na medida em que não é oferecida a ricos e pobres da mesma maneira.

Os sistemas nacionais de ensino foram constituídos e organizados segundo o princípio de que a Educação é direito de todos e Dever do Estado. Temos aqui, portanto o aspecto democrático, estabelecendo que todos devem ter oportunidade a educação.

Contudo gostaríamos de fazer uma reflexão a respeito disso recentemente folheando uma revista nos deparamos com uma propaganda do site educar para crescer, veiculada na Revista Aventuras na História da Editora Abril, página 46, edição 73, agosto de 2009. Tal enunciado refere-se a 4(quatro) coisas

que você precisa saber sobre a educação do país (Anexo 1), relacionando alguns problemas da educação, como deve ser uma educação de qualidade, como deve ser o bom professor e como podemos colaborar para melhorar a situação.

A publicação que ocupa apenas uma única folha na revista aborda alguns pontos dos quais pretendemos destacar apenas dois, um deles é a questão das propostas de Educação dos candidatos a serem considerados na hora do voto citada na página em referência. Habitados as propagandas eleitorais percebemos que nem todos os candidatos fazem referência à educação e quando se dignam a fazê-lo não apresentam propostas, unicamente abordam a sua importância sem, contudo apresentarem nada de concreto.

O outro aspecto diz respeito à participação da família na vida escolar do filho que é mencionada tanto no item que ressalta a prioridade ao aprendizado como nas sugestões para melhorar o quadro da educação no país, que o primeiro item da lista menciona como ruim.

O que estamos tentando colocar é que embora a educação seja direito de todos e dever do Estado, não se tem deixado esta incumbência apenas ao governo sem que haja em contrapartida a colaboração de outros setores como, por exemplo, poderíamos também mencionar a instituição familiar? Afinal, o prédio escolar está lá, com os professores e outros equipamentos, contudo, qual a parcela de colaboração que o aluno deve dar além de estar no espaço escolar? E a dedicação, as horas de estudo, o tempo que precisa dedicar e o esforço? O mau desempenho dos alunos apresentado pelos índices, bem como a evasão escolar e a repetência só é culpa do professor ou da má gestão do governo? É preciso ir além de meras indagações.

Inicialmente a educação atendendo a um interesse burguês devia transformar súditos em cidadãos, para ser um cidadão o sujeito devia ter certos e indispensáveis conhecimentos, saindo, portanto da ignorância, contudo como escolher ou estabelecer que conhecimentos deveriam ser adquiridos pelos seres humanos?

O conhecimento depende das faixas etárias, se a uma criança o indispensável nos primeiros anos da escolarização é o letramento, no ensino médio o estudante deveria possuir conhecimentos capazes de lhe dar condições de dar continuidade aos estudos em nível superior inclusive fornecer-lhe meios de ingressar

numa universidade, concluí-la, permitindo-lhe ter uma profissão e vida digna e independente, o jovem pobre neste sentido, tem a mesma oportunidade que o rico?

Ainda citando Saviani o autor trabalha a questão da “marginalização” referindo que: ” a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado na nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade”²

Ao longo da história muitos métodos e teorias foram utilizados para tornar a educação mais acessível, já que nos primeiros anos de sua existência ela era elitizada. Na escola tradicional onde a questão central era aprender, não se respeitava a realidade do aluno carente, mostrando-se um fracasso, já que nem todos conseguiam ingressar na escola, dos que entravam muitos não eram bem sucedidos. O escolanovismo tornou a escola ainda mais adstrita a classe dominante, na tentativa de aplicá-lo na rede pública gerou uma verdadeira catástrofe posto que exigia uma estrutura não disponível na rede, o jargão era aprender a aprender, contudo os vestibulares exigiam sim conteúdos não abordados pelas referidas escolas afastando ainda mais as massas dos sonhados cursos universitários, sobretudo nas universidades públicas. Houve ainda o tecnicismo, neste a tese era o aprender a fazer, mas o crescente processo de burocratização gerou caos, descontinuidade, heterogeneidade, fragmentação que resultou na inviabilidade do trabalho pedagógico, alto índice de evasão e repetência.

Diante desse quadro verificou-se a seguinte realidade: “Todas as reformas escolares fracassaram, tornando cada vez mais evidente o papel que a escola desempenha: reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista”³. A forma de controle estatal e a reação dos trabalhadores ao sistema de exploração é vista de diferentes formas, contudo, nos questionamos se no atual sistema há espaço para todos, se concretamente as oportunidades existem ou se discutirmos a possibilidade de todos possuírem “um lugar ao sol” seria uma situação impossível.

² SAVIANI, 1989, p.18

³ Op. Cit. , p. 27

4-AS TENTATIVAS DE MUDANÇA, A BUSCA DE IGUALDADE

As leis muitas vezes mostram-se desatualizadas e não é difícil perceber porque isso acontece. Um dos motivos é que as normas legais refletem as situações relevantes ao tempo em que são criadas, ou seja, para entender como elas são elaboradas é preciso entender o contexto histórico em que foram elaboradas, mas uma coisa é certa elas sempre vão atender aos interesses desse ou daquele seguimento.

No site do MEC consta que “A Secretaria de Educação Básica zela pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”⁴.

Segundo a UNESCO a “capacidade para planejar, desenvolver e gerenciar programas educacionais são fundamental tanto para o uso mais efetivo de recursos como para capacitar os atores da educação, incluindo a comunidade, a fim de contribuir com a melhoria da educação”⁵

A Lei 10.172/2001 estabeleceu o chamado Plano Nacional de Educação, já de antemão, em seu artigo 2º determinando que, Estados, Municípios e o Distrito Federal deveriam elaborar planos de ação, apresentando orientações e trabalhando a colaboração entre as unidades da federação.

A preocupação na realização de um plano único que propiciasse a reconstrução da educação já se mostrava na Constituição de 1934. É óbvio que tal iniciativa é de fundamental importância na medida em que São Paulo, Paraná, Amazônia bem como outros estados não fazem parte de nações diferentes, pertencemos ao mesmo país temos uma mesma língua e uma mesma cultura e

⁴ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=358 consulta em 17/07/2009

⁵ <http://www.brasilia.unesco.org/areas/educacao/areastematicas/planejamento-politicas-educacionais>, consulta em 29/07/2009

solucionar o problema desse ou daquele estado não significa resolver todos os problemas do Brasil.

O que estamos querendo dizer é que não é momento para sermos egoístas, mas pensarmos que ser solidários é também uma questão de sobrevivência, uma vez que fazemos parte de uma sociedade seria utópico pensar que resolvendo os nossos problemas tudo estaria bem.

Na Constituição atual, vigente desde 1988, é no artigo 214 que aparece a menção ao Plano Nacional:

“Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País “⁶.

Notem pelos incisos do artigo que ele aborda quesitos relativos à democratização do ensino ao apregoar a universalização do atendimento escolar, frisando também a qualidade do ensino e destaca a parte que diz respeito ao capital quando menciona o quesito formação para o trabalho, logo, é inquestionável que para que todos tenham oportunidade é necessário investir em educação. Diante dessa realidade se faz necessário políticas educacionais que funcionem realmente e que possam incluir a todos, não porque o excesso de mão de obra produz trabalhadores de baixa remuneração, mas porque é preciso que todos tenham acesso as condições necessárias para uma sobrevivência digna.

“O PNE, portanto, consolida um desejo e um esforço histórico de mais de 60 anos. Compete aos atuais dirigentes prosseguir essa trajetória da educação, consolidando o estágio atual e formulando o próximo. A elaboração dos planos estaduais e municipais constitui a nova etapa, expressando em cada ente federado

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm , acesso em 29/07/2009

os objetivos e metas que lhe correspondem no conjunto e em vista de sua realidade, para que o País alcance o patamar educacional proposto no Plano Nacional no horizonte dos dez anos de sua vigência”⁷.

4.1- A LDB (Lei 9.394/96)

Uma vez que nossa carta magna reservou um capítulo para a educação havia a necessidade, antes de tudo, da criação de novas diretrizes e bases da educação nacional, consideradas condição prévia de um plano único que abrangesse toda a nação.

Depois de um período de discussão, que segundo o livro organizado por Carmem Silvia Bissoli da Silva e Lourdes Marcelino Machado vinha acontecendo desde a década de 1980, abrangendo o governo Sarney, Collor e Itamar Franco foi finalmente aprovada a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) no mandato de Fernando Henrique Cardoso quando então já estava em voga o neoliberalismo.

Antes da homologação da constituição de 1988, durante a Assembléia Constituinte os educadores e estudantes começavam a discutir a nova lei. Não podemos esquecer que nesta fase da história estávamos num regime de transição do regime militar para a retomada do governo civil, portanto havia um interesse na reorganização da sociedade com enfoque para as lutas ideológicas (luta de classes).

Por causa da dívida externa o Brasil passou a ser controlado por organismos financeiros internacionais o que explica a intervenção do banco mundial.

No limiar da discussão, no ano seguinte a promulgação da nossa derradeira constituição, e considerando o momento histórico entram na disputa pela presidência da república Lula e Collor que representavam pólos ideológicos opostas.

Com a vitória de Collor o “argumento é o da modernização para o ajuste do país aos novos tempos” (grifo nosso) ⁸

⁷ http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos_avulsos/miolo_PNE.pdf, acesso em 29/07/2009

Segundo o livro, Nova LDB, trajetória para a cidadania? O capitalismo moderno reduziu o trabalho produtivo havendo um crescimento do setor terciário, os indivíduos foram incorporados a sociedade pelo consumo e pelos serviços. O resultado disso? É que a lógica do capitalismo contemporâneo favoreceu a exclusão visto que o novo sistema não daria conta de incorporar grande parte de seus membros.

Antigo e novo se mesclaram na tentativa de satisfazer o mercado internacional. Aos poucos no limiar da discussão o projeto da nova LDB foi se esvaziando no que se referia à vontade coletiva, prevalecendo nele alterações oriundas do poder executivo, firmando a aliança entre o Ministério da Educação com parlamentares.

Temos então um sistema competitivo onde vence aquele que tem condições de atender aquilo que a sociedade capitalista exige, mas uma vez constatamos uma educação que serve aos interesses do capital. E onde ficam as oportunidades neste discurso?

4.2 – REFLEXÕES SOBRE O ENSINO MÉDIO

Segundo o ciclo de reformas encabeçado pela Lei 9.394/96 temos então o Ensino Médio atual cujo slogan defendido por nossas lideranças nacionais, é Aprender para a Vida, o ensino profissional está, portanto desvinculado do ensino regular e a formação técnica seria um complemento sendo que a concessão do diploma estaria vinculado à conclusão do ensino geral, alicerçando com essa idéia que preparar para o trabalho não é preparar para a vida.

A questão fundamental é que antes se valorizava a aquisição de certos conhecimentos necessários a realização dessa ou daquela atividade. Fala-se agora em aprender a pensar autonomamente e de forma continuada por meio do conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico, devendo o indivíduo adquirir competências e habilidades e não meramente memorizar conteúdos ele deve saber

⁸ Silva e Machado, 1998, p.26

raciocinar e criar diante de situações novas que vão além do domínio de certos conteúdos.

A expressões em uso agora são flexibilização e rapidez o que já pode ser verificado no mundo do trabalho posto que em razão da falta de emprego justifica-se abrir mão de direitos e adaptar-se a mudanças, defende-se a agilidade na qualificação sem contudo gerar igualmente valorização do trabalho produzido a partir dessa especialização, as oportunidades vão então se restringindo.

Tem-se dado preferência ao Ensino Fundamental porque o investimento nesta fase é menor além de possuir maior quantidade de alunos enquanto que para a educação superior a situação seria bem mais complexa já que se nem todos conseguem concluir o ensino médio a situação piora quando se fala em continuidade dos estudos a nível universitário. Nesse sentido o Estado se separa da questão da universalização no que se refere ao Ensino Médio entendendo-a como desperdício já que o ideal é investir no que dá retorno, com isso separa-se a trajetória para os intelectuais e os trabalhadores.

Fato é que quanto mais distante o indivíduo está da educação formal igualmente estará também com relação às exigências do mercado e sem oferecer as mesmas oportunidades educacionais para todos fica difícil que, sobretudo os mais necessitados tenham condições de galgar grandes colocações profissionais.

A nova metodologia acaba favorecendo os mais ricos que certamente têm reduzida a concorrência para preenchimento dos melhores e mais bem pagos cargos, aumentando o abismo entre ricos e pobres.

As classes menos favorecidas que insistam em fazer um curso superior tem que driblar uma série de percalços como superar um ensino médio deficitário e com poucos recursos na rede pública, tendo as vezes que estudar longe de casa porque o colégio do seu bairro não oferece o curso, além de ter de concorrer junto com pessoas muito preparadas para um numero reduzido de vagas, gastos com material, exigência de habilidades e competências que ele não adquiriu ensino em tempo integral quando ele não tem meios financeiros para deixar o trabalho entre outras dificuldades.

Resta a esse indivíduo sem recursos optar por um curso superior cujo retorno financeiro é pequeno porque tem amparo do governo, concessão de bolsa e não tem tantos gastos com o material, tratando-se de profissão desvalorizada. As diferenças não são consideradas, almeja-se tratar como iguais os desiguais quando

a dita equidade ela não acontece, mas sim a isonomia. Igualam-se todos perante a lei, sem levar em conta as diferenças de condição existentes.

Na tentativa de criar um sistema justo e igualitário a LDB permite diferentes modalidades de organização, separando habilitação geral e profissional a questão é saber se ela consegue tratar diferentemente os desiguais e dar oportunidades para todos. Acredita-se que a igualdade não está dada quando não se tem um Ensino Médio que atenda uma clientela diferenciada, ou seja, ter um trabalho é primordial para aquele jovem que pretende dar continuidade aos seus estudos em nível superior. O ensino médio terá que então atender aos dois requisitos permitir ao indivíduo ter acesso ao mundo do trabalho e também dar continuidade aos estudos.

Aproveitamos o ensejo para referir-se ao decreto 2208/97 que regulamenta a reforma do ensino técnico. A formação técnica traduz o treinamento do trabalhador para o simples conhecimento de tarefas e funções no setor produtivo e de serviços. A formação tecnológica vai além, leva a pessoa a pensar e entender o processo em que está inserida a fim de que busque mudanças.

Um professor com uma formação basicamente técnica seria ensinado a dar aula, um mestre instruído tecnologicamente refletiria acerca dos processos educativos e realizaria ações no sentido de criar novos modelos, diferentes dos já existentes, investiria em pesquisa.

Para democratizar o acesso ao ensino superior o então presidente da república criou o projeto de lei 3.367/2004 que estabelece a criação de cotas nas universidades federais para alunos que venham das escolas públicas e, para negros e indígenas, desde que assim o declararem. A idéia é suprir a baixa qualidade do ensino médio frequentado pelos economicamente pobres, ou seja, ao invés de se tratar a causa do problema de forma a colocar um fim nele, tenta-se um paliativo, qual seja “dar um jeitinho” na situação.

Em primeiro momento poderíamos afirmar que o governo federal estaria dando oportunidade aqueles que em razão de sua condição especial não teria condições de competir com outros em pé de igualdade, contudo, não há na legislação previsão para auxílio ao estudante que se enquadre na meta de forma que não há como garantir a sua permanência no curso ou a conclusão do mesmo.

As universidades, por sua vez, têm sido motivadas pelo governo a investirem apenas na formação profissional do estudante, ou seja, sua preparação

para o mercado de trabalho, aproximando-se do que já explicitamos anteriormente como formação técnica, nesse sentido ela perde seu caráter tecnológico de produtora de conhecimento e cultura, deixando de levar seus alunos a reflexão e a análise crítica da sociedade. Isso já vinha acontecendo nas universidades particulares, mas vem se repetindo nas instituições públicas que estão também a mercê dos interesses da classe dominante já que vem recebendo estímulo para expandirem as vagas e flexibilizarem seu currículo de acordo com as necessidades do mercado.

Somos frutos de um ensino tecnológico prova disso é o fato de estarmos nos dispendo a analisar, discutir, procurar causas, enfim, realizar um trabalho reflexivo tencionando unicamente solucionar uma questão problemática e de crucial importância, daí reafirmando a importância do presente trabalho.

Não podemos deixar de observar que a visão crítica do mundo não interessa aos donos do poder. Voltando a questão da marginalização - mencionada no início do artigo quando falamos acerca da educação como instrumento de criação ou exclusão de oportunidade - que as teorias não críticas de ensino pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade, exclusão ou falta de oportunidade através da escola, sem, contudo obter êxito. As teorias crítico-reprodutivistas, no entanto referem que o que parece ser o fracasso é o êxito da escola posto que essa reproduz a dominação e exploração.

Atendendo aos interesses da burguesia confrontados com o absolutismo real criou-se a teoria da pedagogia da essência, que defendia o igualitarismo, a liberdade do homem. Essa tese atendia aos anseios da classe que então estava no poder. Porque? Quem possuía a propriedade era livre para aceitar ou não a oferta de mão-de-obra e vice-versa, ou seja, quem possuía a força de trabalho era livre para vendê-la ou não, a quem quisesse e pelo preço que lhe aprovesse. Foi esse o tipo de relação que estimulou a Revolução Francesa e levou posteriormente ao liberalismo.

Quando a participação política das massas entra em contradição com os interesses da burguesia ela vai propor a pedagogia da existência (a anterior não serve mais) onde se pregará que os homens não são iguais, eles são diferentes e essas ditas diferenças devem ser consideradas.

Ao mencionarmos esses dois aspectos formais o que estamos querendo frisar é que da mesma forma as políticas educacionais caminham ao sabor

daqueles que representam o poder, as situações mudam de acordo com as circunstâncias, portanto o que motiva as decisões não é o bem comum e o discurso bonito do “Brasil, um país para todos” mas a modernização do país e a satisfação das elites. A história se repete, antes era em nome do liberalismo hoje da globalização, do neoliberalismo onde o que realmente conta é o individualismo e o consumo.

Vale dizer que a democratização do ensino nos moldes em que vem acontecendo só fazem aumentar as distâncias entre as classes sociais na medida em que não considera as especificidades, conforme já relatamos, tratando em igualdade de condições a todos sem levar em conta as desigualdades.

A educação estatal oferecida para todos peca por sua qualidade desigual não dando condições aos estudantes pobres de se destacarem profissionalmente nem tampouco ascenderem socialmente, tirando-lhes a oportunidade de crescerem.

Um dos instrumentos mais usados pelo governo é a propaganda como forma de difundir o seu discurso e convencer o eleitorado. Reforçamos que embora a temática deste trabalho não seja notícia de última hora, é atualíssima. Vivemos o limiar de propagandas que anunciam o Novo ENEM sob o slogan de que estaria avaliando conhecimentos “realmente” adquiridos pelos alunos. A aprovação no referido exame, segundo determinação deverá ser usada como substituição do antigo vestibular, em alguns casos, ou como mais uma forma de avaliação classificatória para a entrada na universidade o que, em tese, facilitaria o acesso dos estudantes da rede pública neste nível de ensino.

Os exames vestibulares cobravam conteúdos tradicionais que não vinham sendo dados pelos colégios públicos, que eram adeptos por conta das tecnologias modernas de trabalhar com os alunos assuntos relativos a sua realidade, a fim de tornar o conhecimento mais agradável e significativo para ele, buscando com isso reduzir a evasão escolar e ao mesmo tempo possibilitar o crescimento intelectual do discente e a própria escolaridade que ele deveria atingir como exigência para uma futura intervenção no mercado de trabalho.

Ao veicular a possibilidade quanto aos conhecimentos adquiridos o novo ENEM dispensa o certificado de conclusão do Ensino Médio considerando apenas o fator idade e aprendizagem como critério para sua realização e aprovação respectivamente.

“Segundo o Ministro da Educação **Fernando Haddad**, o conteúdo será o mesmo, o que muda é a “**forma de perguntar**“. O novo formato **não terá “pegadinhas”** para os [alunos](#) e **nem vai exigir que o aluno decore fórmulas ou datas de fatos históricoa(grifo nosso).**

’ O que o aluno precisa saber é como se desenrolaram os processos históricos e a implicação dos fatos na vida dos países’, declarou Haddad ⁹.

Se, por um lado o exame nacional do ensino médio não exige o certificado de conclusão do referido curso será cobrado na citada prova os conhecimentos ministrados nas correspondentes seriações escolares, qual seja 1^a, 2^a e 3^a séries deste nível e que se reportam a habilidades e conhecimentos adquiridos em quatro áreas do conhecimento, a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias. A idéia é avaliar o raciocínio do aluno com questões interdisciplinares e contextualizadas dando menor enfoque a memorização e mais ao aprendizado para aplicação em situações práticas, contudo, tais conhecimentos não deixam de estar dentro dos conteúdos já dados regularmente, o que mudaria é o enfoque.

Precisamos verificar o desenrolar da história para discutirmos os seus resultados, mas é mais uma tentativa de dar oportunidade aqueles que não dispões de recursos para freqüentar a rede particular de ensino de ingressarem em universidade públicas.

5- CONCLUSÃO

As escolas públicas estão aí e o governo anuncia providencias para melhorá-las, investindo em propaganda, contudo o acesso de todos a educação tem lotado as salas de aula, mas a exclusão continua. Não basta democratizar apenas

⁹ <http://www.enem2009.com/2009/05/13/aluno-nao-precisara-decorar-formulas-e-datas-historicas-para-o-novo-enem-2009/>, consulta em 24/07/2009, palavra grifada posto copiada literalmente como se encontrava escrita, possivelmente com erro de digitação, o correto seria históricos.

para manter um belo discurso é preciso garantir a todos uma escola de igual qualidade.

O sistema de inclusão pregado tem favorecido a exploração, já que o acesso aos melhores cursos é privilégio de poucos, reduzindo as possibilidades de sucesso profissional aqueles que não conseguem dar continuidade aos estudos a nível superior.

A nossa Constituição Federal estabelece normas atinentes a educação, mas as políticas educacionais escondem sob a cortina da democracia um sistema falho, incapaz de se adequar as condições daqueles que economicamente não tiveram a sorte da minoria e que não tem recursos para ter uma educação de qualidade que lhes permita ter as mesmas oportunidades que gozam a classe dominante.

É preciso continuar tentando, lutando para que todos tenham realmente oportunidades iguais, vamos a mobilizar a sociedade com o nosso otimismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<http://www.brasilia.unesco.org/areas/educacao/areastematicas/planejamento-politicas-educacionais> , acesso em 15/07/2009;

<http://www.enem2009.com/2009/05/19/dicas-de-conteudos-para-a-prova-do-novo-novo-enem-2009/>, consulta em 24/07/2009;

<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/jaquelinerobertasilvaecarlosfonsecabrandao.pdf> , acesso em 29/07/2009;

<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2SF/AnaDantas/13.pdf>, acesso em 15/07/2009;

FERNANDES, Ângela Viana Machado, BRANDÃO, Carlos da Fonseca, SILVA, Celestino Alves da, TANURI, Leonor Maria, BICUDO, Maria Aparecida Viggiani,

ABBADE, Marinel Pereira, Carmem Silvia Bissoli da Silva e Lourdes Marcelino Machado – organizadoras-, Nova LDB – Trajetória para a Cidadania?, Editora Arte & Ciência – São Paulo, 1998;

http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos_avulsos/miolo_PNE.pdf, acesso em 29/07/2009;

<http://noticias.terra.com.br/educacao/interna/0,,OI3887967-EI8398,00-Vai+encarar+o+Novo+Enem+Saiba+mais+sobre+o+exame.html>, consulta em 24/07/2009;

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=358 ,consulta em 17/07/2009;

SAVIANI, Dermeval, ROMA, German, LAMARRA, Norberto, GUERRONDO, Inês A.,

WEINBERG, Gregório – Desenvolvimento e Educação na América Latina, volume 6,

Coleção Polêmicas do Nosso Tempo , Editora Autores Associados , Cortez Editora, 1983, São Paulo, 1ª Edição;

SAVIANI, Dermeval – Escola e Democracia, Teorias da Educação, Curvatura da Vara, Onze teses sobre Educação e Política, volume 5, Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 1989, São Paulo, 21ª edição;

<http://www.sbec.org.br/evt2008/trab19.pdf> consulta em 17/07/2009

, consulta em 24/07/2009.

http://www2.unitoledo.br/etic/Formatacao_modelo_de_artigos.doc, consulta em
29/07/2009